

BOLETIM INFORMATIVO



MEDIDAS LEGISLATIVA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

MP 994/2020 Transformado na Lei Ordinária 14107/2020

Poder Executivo

Destina R\$ 2 bilhões para produção e distribuição da vacina de Oxford contra Covid-19.

MP 993/2020 Transformado na Lei Ordinária 14106/2020

Poder Executivo

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a prorrogar, até 28 de julho de 2023, 27 contratos de pessoal.

MP 987/2020 Transformado na Lei Ordinária 14076/2020

Poder Executivo

Prorroga o prazo para empresas automotivas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentarem projetos de novos produtos para contarem com crédito presumido do IPI.

MP 982/2020 Transformado na Lei Ordinária 14075/2020

Poder Executivo

Amplia o uso da conta poupança social digital para recebimento de benefícios sociais do governo federal, entre eles o abono salarial anual e os saques do FGTS.

PL 2824/2020 Transformado na Lei Ordinária 14073/2020

Felipe Carreras (PSB-PE)

Prevê socorro financeiro de até R\$ 1,6 bilhão ao setor do esporte em razão da pandemia de Covid-19.

MP 974/2020 Transformado na Lei Ordinária 14072/2020

Poder Executivo

Autoriza o Ministério da Saúde a prorrogar contratos de trabalho de 3.592 profissionais temporários de saúde que atuam nos seis hospitais federais localizados no estado do Rio de Janeiro.

MP 977/2020 Transformado na Lei Ordinária 14068/2020

Poder Executivo

Concede garantia a empréstimos feitos pelos bancos a empresas com receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões.

MP 976/2020Transformado na Lei Ordinária 14067/2020

Poder Executivo

Abre crédito extraordinário de R\$ 4,489 bilhões ao Ministério da Saúde para ações de combate à pandemia de Covid.

MP 961/2020Transformado na Lei Ordinária 14065/2020

Poder Executivo

Autoriza, sob certas condições, o pagamento antecipado em licitações durante o estado de calamidade pública da Covid-19.

MP 983/2020Transformado na Lei Ordinária 14063/2020

Poder Executivo

Amplia o rol de documentos públicos que poderão ser validados digitalmente, por meio de assinatura eletrônica, sem perder o valor legal da assinatura feita pessoalmente com papel e caneta.

PL 3058/2020Transformado na Lei Ordinária 14061/2020

Pedro Westphalen (PP-RS)

Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão do cumprimento de metas pelos prestadores de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

MP 960/2020Transformado na Lei Ordinária 14060/2020

Poder Executivo

Permite a prorrogação por um ano das concessões de drawback que vencem em 2020.

MP 959/2020Transformado na Lei Ordinária 14058/2020

Poder Executivo

Define as regras para os bancos federais pagarem os benefícios aos trabalhadores atingidos pela redução de salário e jornada ou pela suspensão temporária do contrato de trabalho em razão da pandemia de Covid-19.

PL 1581/2020Transformado na Lei Ordinária 14057/2020

Marcelo Ramos (PL-AM)

Regulamenta acordos diretos da União, incluídas autarquias e fundações, para o pagamento com desconto (de até 40%) dos precatórios de grande valor, assim como para encerrar ações contra a Fazenda pública.

MP 969/2020Transformado na Lei Ordinária 14056/2020

Poder Executivo

Destina crédito extraordinário de R\$ 10 bilhões para o combate à pandemia de Covid-19 via fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios.

MP 967/2020Transformado na Lei Ordinária 14055/2020

Poder Executivo

Destina crédito extraordinário de R\$ 5,566 bilhões para ações de combate à pandemia do novo coronavírus pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundação Oswaldo Cruz.

MP 962/2020Transformado na Lei Ordinária 14054/2020

Poder Executivo

Destina crédito extraordinário de R\$ 418,8 milhões para os ministérios das Relações Exteriores; da Ciência, Tecnologia, Inovações; e Comunicações para ações relacionadas à pandemia causada pelo novo coronavírus.

MP 963/2020Transformado na Lei Ordinária 14051/2020

Poder Executivo

Libera R\$ 5 bilhões para minimizar os impactos do novo coronavírus no setor de turismo.

PL 735/2020Transformado na Lei Ordinária 14048/2020

Enio Verri (PT-PR)

Estabelece medidas para ajudar agricultores familiares durante o estado de calamidade pública relacionado ao coronavírus.

MP 945/2020Transformado na Lei Ordinária 14047/2020

Poder Executivo

Determina o afastamento remunerado dos trabalhadores portuários avulsos (TPA) se estiverem no grupo de risco da Covid-19 ou se apresentarem sintomas indicativos da doença, como tosse seca e dificuldade respiratória.

MP 948/2020Transformado na Lei Ordinária 14046/2020

Poder Executivo

Estabelece regras para o cancelamento e a remarcação de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e cultura em razão das medidas de isolamento e restrições aplicadas no combate à pandemia de Covid-19.

PL 2424/20Transformado na Lei Ordinária 14045/2020

Eduardo Girão (PODEMOS-CE)

Cria uma linha de crédito para profissionais liberais, como advogados, corretores e arquitetos, exceto aqueles com participação societária em pessoa jurídica ou com vínculo empregatício de qualquer natureza.

MP 944/2020Transformado na Lei Ordinária 14043/2020

Poder Executivo

Concede uma linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem a folha de salários durante a emergência decorrente do coronavírus.

MP 975/2020Transformado na Lei Ordinária 14042/2020

Poder Executivo

Cria programa emergencial de crédito para pequenas e médias empresas, com até R\$ 20 bilhões de garantia da União.

MP 938/2020Transformado na Lei Ordinária 14041/2020

Poder Executivo

Cria auxílio financeiro da União, de até R\$ 16 bilhões, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para mitigar efeitos econômicos em decorrência da pandemia de Covid-19.

MP 934/2020Transformado na Lei Ordinária 14040/2020

Poder Executivo

Suspende a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos neste ano em razão da pandemia de Covid-19.

MP 986/2020Transformado na Lei Ordinária 14036/2020

Poder Executivo

Prevê prazo para estados e o Distrito Federal devolverem à União recursos não usados de repasses vinculados à Lei Aldir Blanc de ajuda ao setor cultural.

MP 926/2020Transformado na Lei Ordinária 14035/2020

Poder Executivo

Flexibiliza regras de contratação, inclusive para os casos de dispensa de licitação, durante a pandemia de Covid-19.

MP 925/2020Transformado na Lei Ordinária 14034/2020

Poder Executivo

Permite às concessionárias de aeroportos pagarem as parcelas anuais de outorga, fixas ou variáveis, até 18 de dezembro de 2020, reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

MP 942/2020Transformado na Lei Ordinária 14033/2020

Poder Executivo

Destina crédito extraordinário para alocar na Presidência da República e em três ministérios cerca de R\$ 639 milhões oriundos do cancelamento de emendas do relator-geral do Orçamento de 2020.

MP 941/2020Transformado na Lei Ordinária 14032/2020

Poder Executivo

Abre crédito extraordinário de cerca de R\$ 2 bilhões para os ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania aplicarem em ações de combate à pandemia de Covid-19.

MP 930/2020Transformado na Lei Ordinária 14031/2020

Poder Executivo

Torna possível aos bancos com investimentos no exterior diminuïrem a proteção cambial (hedge) usada para compensar prejuïzos com a variação do dólar, inclusive se for em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência no exterior.

MP 931/2020Transformado na Lei Ordinária 14030/2020

Poder Executivo

Prorroga o prazo para as empresas e cooperativas realizarem as assembleias gerais ordinárias de acionistas ou sócios (AGO) exigidas pela legislação.

PL 1389/2020Transformado na Lei Ordinária 14029/2020

Flávia Arruda (PL-DF)

Autoriza a transposição e a transferência de saldos dos fundos de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

PL 848/2020Transformado na Lei Ordinária 14028/2020

Kim Kataguirí (DEM-SP)

Atribui validade por prazo indeterminado às receitas de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo durante o estado de calamidade pública relacionada ao coronavírus.

MP 932/2020Transformado na Lei Ordinária 14025/2020

Poder Executivo

Reduz, em razão da pandemia de Covid-19, as contribuições devidas pelas empresas para financiar o Sistema S.

PL 1079/2020Transformado na Lei Ordinária 14024/2020

Denis Bezerra (PSB-CE)

Suspende os pagamentos devidos pelos estudantes ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por 60 dias.

PL 1409/2020Transformado na Lei Ordinária 14023/2020

Dr. Zacharias Calil (DEM-GO)

Dá prioridade para fazer testes de diagnóstico da Covid-19 aos profissionais considerados essenciais

ao controle da doença e à manutenção da ordem pública, como médicos, enfermeiros, policiais e agentes funerários.

PL 1291/2020Transformado na Lei Ordinária 14022/2020
Maria do Rosário (PT-RS)

Torna essenciais os serviços de combate e prevenção à violência doméstica, ou seja, não poderão ser suspensos durante a pandemia de Covid-19.

PL 1142/2020Transformado na Lei Ordinária 14021/2020
Professora Rosa Neide (PT-MT)

Institui medidas para prevenir a disseminação da Covid-19 junto aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

MP 936/2020Transformado na Lei Ordinária 14020/2020

Poder Executivo

Permite a redução de salários e da jornada de trabalho ou a suspensão do contrato trabalhista durante o estado de calamidade pública relacionada ao coronavírus.

PL 1562/2020Transformado na Lei Ordinária 14019/2020
Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)

Obriga a população a usar máscaras de proteção facial em ruas, espaços privados de acesso público (como shoppings) e no transporte público enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia

PEC 18/2020Transformado na Emenda Constitucional 107/2020
Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Adia as eleições municipais deste ano para 15 e 29 de novembro devido à pandemia causada pelo novo coronavírus.

PL 1888/2020Transformado na Lei Ordinária 14018/2020
Leandre (PV-PR)

Obriga a União a destinar até R\$ 160 milhões para o auxílio de instituições de longa permanência para idosos no enfrentamento do novo coronavírus.

PL 1075/2020Transformado na Lei Ordinária 14017/2020
Benedita da Silva (PT-RJ)

Oferece ajuda de R\$ 3 bilhões ao setor cultural durante a crise causada pelo coronavírus.

PL 1194/2020Transformado na Lei Ordinária 14016/2020
Fernando Collor (PROS-AL)

Regulamenta a doação de alimentos excedentes por parte de supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos.

PL 1179/2020Transformada na Lei Ordinária 14010/2020
Antonio Anastasia (PSD-MG)

Cria regras transitórias para as relações jurídicas privadas durante a pandemia de Covid-19, como contratos, direito de família, relações de consumo e entre condôminos.

MP 909/2019Transformada na Lei Ordinária 14007/2020

Poder Executivo

Destina R\$ 9 bilhões do fundo da Reserva Monetária do Banco Central para financiamento de ações de combate ao novo coronavírus.

PL 864/2020Transformado na Lei Ordinária 14006/2020

Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)

Poder Executivo

Dá 72 horas para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar o uso no Brasil de produtos de combate ao coronavírus validados por autoridades estrangeiras.

PLP 39/20Transformado na Lei Complementar 173/2020

Senado Federal

Suspende pagamento de dívidas de R\$ 65 bilhões e oferece repasse de R\$ 60 bilhões em quatro meses para estados e municípios.

MP 907/2019Transformada na Lei Ordinária 14002/2020

Permite à Embratur ajudar no processo de repatriação de brasileiros impossibilitados de retornar ao País por causa da pandemia de Covid-19.

PLP 1282/2020Transformado na Lei Ordinária 13999/2020

Jorginho Mello (PL-SC)

Concede uma linha de crédito especial para micro e pequenas empresas pedirem empréstimos de valor correspondente a até 30% de sua receita bruta obtida no ano de 2019.

PLP 873/2020Transformado na Lei Ordinária 13998/2020

Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Amplia o alcance do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia do novo coronavírus.

PEC 10/2020Transformada na Emenda Constitucional 106/2020

Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Permite a separação do orçamento e dos gastos realizados para o combate à pandemia de coronavírus do orçamento geral da União, afastando possíveis problemas jurídicos para os servidores que processam as decisões sobre a execução orçamentária.

PL 1006/2020Transformado na Lei Ordinária 13995/2020

José Serra (PSDB-SP)

Prevê a transferência de R\$ 2 bilhões da União para santas casas e hospitais filantrópicos (sem fins lucrativos), para o combate à pandemia de Covid-19.

PL 668/2020Transformado na Lei Ordinária 13993/2020

Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)

Proíbe a exportação de respiradores, equipamentos de proteção individual e monitores multiparâmetro durante a pandemia causada pelo coronavírus, com o objetivo de garantir o abastecimento do sistema de saúde brasileiro.

PL 805/2020Transformado na Lei Ordinária 13992/2020

Pedro Westphalen (PP-RS)

Suspende por 120 dias, a contar de 1º de março, a obrigatoriedade de hospitais filantrópicos e outros prestadores de serviços de saúde cumprirem metas quantitativas e qualitativas contratadas junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

PL 696/2020 Transformado na Lei Ordinária 13989/2020

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Libera o uso de telemedicina, em caráter emergencial, enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus (Covid-19).

PLP 232/2019 Transformado na Lei Complementar 172/2020

Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC)

Libera recursos parados em contas de estados e municípios para ações de combate à pandemia de coronavírus.

PL 786/2020 Transformado na Lei Ordinária 13987/2020

Hildo Rocha (MDB-MA)

Prevê a distribuição dos alimentos da merenda escolar às famílias dos estudantes que tiveram suspensas as aulas na rede pública de educação básica após a epidemia do coronavírus (Covid-19).

PLN 2/2020 Transformado na Lei Ordinária 13983/2020

Poder Executivo

Insere dispositivos na LDO para adequar o texto aos esforços de combate ao novo coronavírus no País, liberando a possibilidade de aumento de despesas ou de redução de receitas sem que seja necessária a apresentação de compensações.

PL 9236/2017 Transformado na Lei Ordinária 13982/2020

Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

Cria uma renda básica emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19

PDL 88/2020 Transformado no Decreto Legislativo 6/2020

Orlando Silva (PCdoB-SP)

O reconhecimento de calamidade pública diante da pandemia de coronavírus permite que o Executivo gaste mais do que o previsto e desobedeça às metas fiscais para custear ações de combate à pandemia.

PL 23/2020 Transformado na Lei Ordinária 13979/2020

Poder Executivo

A norma dota o governo de instrumentos para enfrentar uma situação de emergência pública causada pelo coronavírus. Permite o isolamento de pessoas, o fechamento de portos e aeroportos, e a compra de insumos de saúde sem licitação.

PRC 11/2020 Transformado na Resolução da Câmara dos Deputados 14/2020

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Cria o Sistema de Deliberação Remota (SDR), para diminuir a necessidade de presença dos parlamentares no Plenário Ulysses Guimarães durante as votações, a fim de evitar o contágio pelo coronavírus.

AGUARDANDO ANÁLISE DE VETO

(aprovada na Câmara e no Senado)

PL 3364/2020

Fabio Schiochet (PSL-SC)

Prevê o repasse de R\$ 4 bilhões da União aos municípios com mais de 200 mil habitantes e também aos estados e ao Distrito Federal para garantir o serviço de transporte público coletivo de passageiros.

PL 1826/2020
Reginaldo Lopes (PT-MG)

Prevê o pagamento, pela União, de compensação financeira de R\$ 50 mil aos profissionais e trabalhadores de saúde que forem mortos ou incapacitados permanentemente para o trabalho após serem contaminados pela Covid-19.

PL 2508/2020

Fernanda Melchionna (PSOL-RS)

Estabelece prioridade de recebimento do auxílio emergencial pela mulher de família uniparental (chefe de família) quando o pai também informa ser o responsável pelos dependentes.

APROVADAS NA CÂMARA

(estão em análise no Senado)

MP 973/2020

Poder Executivo

Dispensa as empresas situadas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) de atingirem neste ano 80% de suas receitas brutas com mercadorias exportadas.

PL 1485/2020

Adriana Ventura (NOVO-SP)

Aumenta as penas de vários tipos de crimes ligados ao desvio de verbas destinadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública.

PL 3932/2020

Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

Torna obrigatório o afastamento da gestante do trabalho presencial durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo coronavírus.

MP 958/2020

Poder Executivo

Dispensa os bancos públicos de exigir dos clientes (empresas e pessoas físicas) uma série de documentos fiscais na hora da contratar ou renegociar empréstimos.

PL 795/2020

Professor Israel Batista (PV-DF)

Suspende os pagamentos mensais de beneficiários do programa residencial Minha Casa, Minha Vida por 180 dias em razão das dificuldades financeiras ocasionadas pela pandemia de Covid-19.

PL 2500/2020

Eduardo Costa (PTB-PA)

Isenta de penalidade, em caso de dificuldades logísticas ou situações imprevisíveis, a prorrogação de prazos de contratos públicos para entrega ou prestação de bens e serviços relativos ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

PL 2801/2020

Alexandre Leite (DEM-SP)

Impede a Justiça de bloquear, em razão de dívidas, o auxílio emergencial de R\$ 600 pago em decorrência da pandemia de Covid-19.

PL 1444/2020

Alice Portugal (PCdoB-BA)

Prevê novas medidas de combate à violência doméstica durante a pandemia causada pelo novo coronavírus.

PL 1552/2020

Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Torna essenciais os serviços de acolhimento institucional às mulheres e seus dependentes que forem vítimas de violência doméstica durante a pandemia de Covid-19.

PL 1494/2020

Ruy Carneiro (PSDB-PB)

Permite o atendimento virtual por fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais enquanto durar a pandemia de Covid-19.

MP 927/2020

Poder Executivo

Prevê antecipação de férias e de feriados, concessão de férias coletivas e teletrabalho, entre outras medidas durante o estado de calamidade pública em razão da Covid-19.

PL 1013/2020

Hélio Leite (DEM-PA)

Suspende, durante a pandemia de Covid-19, os pagamentos das parcelas devidas pelos clubes ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

PL 1985/2019

Margarete Coelho (PP-PI)

Disciplina a permanência de fisioterapeutas em Centros de Terapia Intensiva (CTIs) adulto, pediátrico e neonatal.

PL 2159/2020

Eduardo Braide (PODE-MA)

Autoriza a distribuição de gêneros alimentícios da merenda escolar às famílias dos alunos de escolas públicas cujas aulas foram suspensas em razão da pandemia de Covid-19.

PL 2294/2020

Carlos Chiodini (MDB-SC)

Permite à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar a fabricação e comercialização de ventiladores pulmonares com base em laudos de médicos especializados e projetos técnicos com padrões mundiais mínimos de qualidade.

PL 1397/2020

Hugo Leal (PSD-RJ)

Cria regras transitórias para empresas em recuperação judicial e também para tentar evitar que outras empresas em dificuldades cheguem a esse ponto, antecedente à falência.

PL 2048/2020

Ricardo Izar (PP-SP)

Suspende durante a pandemia de Covid-19 as convocações de pessoas diagnosticadas com as doenças de Alzheimer ou de Parkinson e outras para perícias relativas ao auxílio-doença da Previdência Social.

PLP 149/2019

Poder Executivo

Oferece ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para compensar a queda de arrecadação do ICMS e do ISS deste ano causada pela pandemia de Covid-19.

PL 1106/2020

André Ferreira (PSC-PE)

Torna automática a inscrição de famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único nas regras da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

PL 1161/2020

Efraim Filho (DEM-PB)

Obriga o governo federal a garantir a estados e municípios repasses iguais ao de 2019 do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

PL 985/2020

Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

Suspende por até três meses o pagamento da contribuição previdenciária patronal e também proíbe a aplicação de multa pela falta de entrega de declarações e documentos fiscais.

PDL 87/2020

Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ)

Suspende, por 90 dias, os efeitos de resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ampliar o acesso a álcool etílico hidratado na graduação de 70% em embalagens maiores.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/651906-nova-lei-estabelece-que-agressores-de-mulheres-podem-ser-obrigados-a-frequentar-centros-de-reeducacao/>